

# Patrimónios e Políticas: Antecedentes Lusófonos da Declaração de Paris Jorge Braga de Macedo<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Este breve relato divide-se em 7 secções, além da Introdução. Começa-se por descrever as tarefas da Declaração de Paris, comparando depois as Infraestruturas de Investigação (secção 2) às Coleções Históricas e Científicas à guarda do IICT entre 1973 e 2015 (secção 3)<sup>2</sup>. Na secção 4, introduz-se a interação entre globalização na governação em função do desenvolvimento económico dos países, especialmente depois da crise financeira de 2008, que começou nos países mais desenvolvidos. A secção 5 trata da diversidade da lusofonia, seguindo-se a Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Global, assinada em 2008. A secção 7 conclui sobre a interação entre história e expectativas, no caso específico dos patrimónios e das políticas.

Sob a égide do GID (Grupo Interacadémico para o Desenvolvimento, presidido por François Guinot, presidente honorário da Academia das Tecnologias; sendo vice-presidentes Catherine Bréchnignac, secretária perpétua honorária da Academia das Ciências e Michèle Gendreau-Massaloux), os organizadores do encontro mundial Paris 2019 «Patrimónios, Ciências e Tecnologias», com o qual se estreou o anfiteatro 3Mazarine do Instituto de França, frente ao *Pont des Arts*, foram a Academia das Ciências (a mais antiga das quatro abrigadas no Instituto do Quai Conti) e IPANEMA (Instituto europeu de análise fototónica não invasiva de materiais antigos, filiado no CNRS, *Centre National de Recherche Scientifique*).

Além das restantes academias do Instituto e da ACL, foram parceiras do evento mais doze europeias e africanas<sup>3</sup>. Loïc Bertrand, responsável pelo IPANEMA, informa que continua a ser possível assinar a Declaração de Paris na seguinte morada: <https://evento.renater.fr/survey/heritage-sciences-and-technologies-4p6ycv8m><sup>4</sup>.

## 2. Declaração de Paris

No mesmo espírito, cabe recordar as quatro tarefas que constam da Declaração assinada pelos participantes, apelando a que os países e suas instituições se comprometam a:

---

<sup>1</sup> ACL, ARB, CG&G/NOVASBE, CIGI. O autor fez parte do Conselho Científico Consultivo do evento, em representação da Academia. Como dois confrades designados pelas suas Classes em 20 de Abril de 2018, não lograram assistir, as opiniões pessoais pretendem sobretudo lançar o debate em português, tendo sido evocadas nas sessões de 21 (C) e 28 (L) de Fevereiro de 2019. Agradeço a Antonio Sgamelotti, da Academia dos Linceus, colega no Conselho Científico Consultivo do Programa de Doutoramento CORES da FCT NOVA ter-me envolvido no processo, a Conceição Casanova os comentários a uma versão anterior da apresentação e a Ana de Macedo o aprimoramento da dita.

<sup>2</sup> Em 31 de Julho desse ano, aquelas passam para a Torre do Tombo sem alterar a chefia do Arquivo Histórico Ultramarino. O Laboratório de Estado fundado com outro nome em 1883 passa a unidade especializada da Universidade de Lisboa, gerida pelo Vice-Reitor, em cuja dependência está o diretor do Museu que herda as Coleções Científicas, incluindo o Jardim Botânico Tropical.

<sup>3</sup> Além das francesas, são academias fundadoras do GID a dos Linceus, a Biblioteca de Alexandria e as de Marrocos e Senegal. Na lista de parceiros do evento, estão em itálico as que pertencem ao *Euro-Mediterranean Academic Network* (EMAN): *ACL*, *Académie algérienne des sciences et technologies*, *Österreichische Akademie der Wissenschaften*, *Académie nationale des sciences, arts et lettres du Bénin*, *Hrvatska akademija znanosti i umjetnosti* (Croácia), *Akademie věd České republiky*, *Leopoldina Academy of Sciences* (Alemanha), *Accademia Nazionale dei Lincei*, *Lebanese Academy of sciences*, *Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen*, *Royal Society*, *Kungliga Vetenskapsakademien* (Suécia), *Russian Academy of Sciences*.

<sup>4</sup> Salienta no Twitter “Minister Hany Helal, Minister Jorge Braga de Macedo, the President of CNRS, the President of the French Museum of Natural History and the President of the Paris-Saclay University” entre os 176 subscritores...

1. inscrever o estudo dos patrimónios nas missões dos organismos de pesquisa, institutos culturais<sup>5</sup> e agências de financiamento, combinando ciências experimentais, letras, ciências do ambiente e da informação;
2. simplificar o recrutamento interdisciplinar;
3. informar e incentivar as autoridades competentes;
4. agir no espaço público.

As tarefas 1 e 2 são óbvias, embora no enunciado da tarefa 1 fique por esclarecer o modo como se devem rever as missões de organismos tão diversos, nem sempre dependentes dos governos. Pior a complexidade da combinação de “ciências experimentais, letras, ciências do ambiente e da informação” dificulta a tarefa 2.

De acordo com a tarefa 3, as autoridades competentes devem

- investir nos laboratórios onde existem pesquisas úteis para a melhoria do conhecimento e salvaguarda dos patrimónios,
- utilizar todos os instrumentos de pesquisa (instalações muito grandes, laboratórios móveis, bases de dados, campo) como cadinhos da interdisciplinaridade no estudo dos patrimónios,
- facilitar o acesso a essas infraestruturas por parte de investigadores de países onde elas não existam,
- implementar uma política eficiente capaz de definir normas no sector patrimonial,
- apoiar as ações de formação interdisciplinar nas carreiras do património, nomeadamente aquelas ligadas às evoluções recentes dos métodos de estudo e de gestão dos bens patrimoniais na sua diversidade.

Quanto às ações no espaço público (tarefa 4) servem para:

- implementar uma política de desenvolvimento económico fundada nos estudos aplicados aos patrimónios,
- divulgar os saberes que tais estudos contêm mas combater a utilização dos patrimónios como instrumento de divisão política e social,
- sensibilizar o público para a importância dos diversos patrimónios e inclui-los nos programas sociais de desenvolvimento,
- animar um esforço importante de saber, inventário, restauro e valorização no respeito do equilíbrio entre a conservação durável e o desenvolvimento do potencial económico e social.

### 3. Infraestruturas e Coleções

Entre as ações prioritárias está a *Infraestrutura de Investigação Europeia para a Ciência do Património* (E-RIHS)<sup>6</sup>, integrada em maio 2016 no roteiro do *European Strategy Forum on Research Infrastructures* (ESFRI, onde Portugal é representado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia), sendo a única infraestrutura no domínio das ciências sociais e inovação a ascender ao novo roteiro. E-RIHS.pt integra Investigação e Desenvolvimento com Transferência de Tecnologia tirando partido dos recursos de seus três parceiros, aberto a investigadores, instituições públicas e empresas privadas<sup>7</sup>.

Temos assim o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que assinou a Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Global referida adiante, um laboratório central que faz parte da Direção Geral do Património Cultural e o Laboratório de

<sup>5</sup> No 1º seminário estratégico do EMAN em 26 de outubro de 2017, na presença do presidente e vice-presidentes do GID referidos no texto, três subscritores presentes no encontro, ACL sugeriu mencionar organizações internacionais de base linguística (além de institutos culturais). Agradeço à secretária perpétua do GID esta informação, que tentarei conferir com a existente na ACL.

<sup>6</sup> Sucede ao IPERION CH (Integrated Platform for the European Research Infrastructure ON Cultural Heritage) na linha do ESFRI.

<sup>7</sup> E-RIHS.pt é a infraestrutura laboratorial do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico (RNIIE) no domínio das ciências da conservação do património e arqueometria.

HERCULES (Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda), centro de investigação da Universidade de Évora, criado em 2009.

Neste contexto, recorro a minha experiência à cabeça de um Laboratório de Estado durante doze anos: fui nomeado presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I.P., em 1 de dezembro de 2003, por ocasião da reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP no Rio de Janeiro, na qual foi aprovada a chamada “iniciativa portuguesa”. Tratava-se de alargar o acesso às já referidas CH&C na custódia do IICT, nomeadamente dos seus AHU e JBT, porquanto estas representam uma herança partilhada na CPLP nos domínios da ciência e da cultura.

Ao abordar o Legado interdisciplinar do IICT à ULisboa em *IICT's interdisciplinary Legacy: TropiKMan, CORES, AHU & JBT*, escrito em coautoria com antigas dirigentes do IICT<sup>8</sup>, juntei assim a serviços abertos ao público (herdados do Ministério do Ultramar - nos quais estavam guardadas as CH&C) dois novos doutoramentos da FCT, ambos interdisciplinares<sup>9</sup>.

*Tropical Knowledge and Management* (TropiKMan) é oferecido pela NOVASBE, ISA/ULisboa, IHMT/UNL, UEM, UNICV, UJES (Angola) e UPretoria. *Conservation and Restoration of Cultural Heritage* (CORES), oferecido por FCT NOVA, esteve na origem da participação da ACL na reunião de Paris através de Antonio Sgameletti, da Academia dos Linces, outro membro do Conselho Consultivo Científico desse Programa, no quadro do qual apresentei aquele trabalho em coautoria.

No prefácio a *131 anos em imagens*, última publicação do IICT (que passou a unidade especializada da Universidade de Lisboa), já defendera as CH&C enquanto herança partilhada. Recorde-se que a colaboração estruturada com o Secretariado Executivo da CPLP começou há 15 anos<sup>10</sup>. Em 2014, o IICT promovera uma infraestrutura de investigação para coleções científicas (PRISC), hoje no Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC), que integra Jardim Botânico Tropical, tendo Arquivo Histórico Ultramarino passado para Torre do Tombo (DGLAB).

#### 4. Globalização e Governança

Vem a propósito lembrar que o painel de encerramento do 23º Fórum Económico Internacional das Américas, realizado em Montreal em 2017, moderado pela sherpa da OCDE, apelou para um humanismo universal, aprovando uma declaração pelas dirigentes das quatro organizações internacionais de base linguística (*Commonwealth of Nations*, fundado em Londres em 1931; *Organisation Internationale de la Francophonie*, Paris, 1970; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 1996; *Secretaría General Iberoamericana*, Madrid, 2005)<sup>11</sup>.

Embora a ocasião em si me tenha escapado até uma visita recente ao Secretariado Executivo, este apelo ao humanismo universal radica para mim no “bem comum global” da Encíclica *Centesimus Annus*, permitindo sublimar a globalização através da boa governação. Assim surge o desenvolvimento como esperança – como defendo desde *Globalization: Ethical and Institutional Concerns*, Vaticano, 2001.

O Centro Globalização e Governança da *NOVA School of Business and Economics* e o Programa de Desenvolvimento Global do IICT colaboram com o Instituto de Altos Estudos

<sup>8</sup> Ana Canas é diretora do AHU, Conceição Casanova foi fundadora do CORES na FCT NOVA e M. M. Romeiras colabora com TropiKMan no ISA/ULisboa. O trabalho foi apresentado na 2ª reunião do Conselho Consultivo Científico do CORES em Almada na presença das coautoras e é usado adiante no texto.

<sup>9</sup> Não foi aprovado um terceiro, sobre saúde tropical, em parceria com o IHMT.

<sup>10</sup> Em 2004 foi criada a Confederação Empresarial da CPLP com a qual o IICT também colaborou dentro do espírito interdisciplinar de juntar a ciência, cultura e economia (ou negócios) para o desenvolvimento.

<sup>11</sup> Em 2009, Francisco Ribeiro Telles (PT) substituiu Maria do Carmo Silveira (STP), subscritora da declaração por parte da CPLP.

da ACL desde 2008<sup>12</sup>. Em associação, publicaram *Writing to Queens while Crises Proceed*, 2015, CG&G e IICT, 2ª edição em memória de M. Jacinto Nunes, antigo presidente do IAE e da ACL, envolvendo sócios de ambas as Classes, incluindo estrangeiros e lusófonos, que incluí capítulos adicionais por R. Vilela Mendes, Renato Flores e Jean-Pierre Contzen (1935-2015), da Academia Real da Bélgica (eleito sócio correspondente estrangeiro da ACL em 2009).

A 1ª edição de *W2Q* fez parte das atas do colóquio internacional *Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro*, realizado logo a seguir à mudança de tutela para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, “em jeito de prestação de contas”<sup>13</sup>. A 2ª edição, dedicada á memória de Manuel Jacinto Nunes, antigo presidente do IAE e da ACL, substitui a capa alusiva ao maelstrom de Edgar Allan Poe por um original de Tiago Ribeiro, que representa o mar-oceano donde sai o número sete, os anos que passaram desde a crise, em forma de coroa com nove brilhantes, os membros da CPLP. O livro incluiu workshop *Energy@CPLP* na ACL em 2014 organizado com Vilela Mendes e a última contribuição do saudoso confrade belga.

Dez anos depois da “crise de olhos azuis”, pode-se recordar a surpresa geral que se registou quando a primeira crise financeira global desde 1929 se seguiu à falência de *Lehman Brothers*. De todas as perguntas, fica a da Rainha Isabel II na *London School of Economics*: “como é que ninguém reparou?”. De todos os juízos, fica o de Lula ao Primeiro Ministro britânico Gordon Brown, enquanto presidia ao G20: “essa é uma crise branca, de olhos azuis”.

Logo a Academia Britânica escreveu uma *Carta à Rainha Isabel II* a denunciar “políticos para os quais os banqueiros são engenheiros”. Quase sugeriram encarregá-la da supervisão financeira (uma caricatura do *Guardian* sugeria encarregá-la da FSA,) ao passo que Gillian Tett, *Financial Times* volta a lembrar “silos” no saber e no fazer a propósito de escândalos na indústria automóvel alemã no seu livro de 2015 intitulado *The Silo Effect*.

*W2Q* contou com o patrocínio da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira e foi lançada na Biblioteca Almada Negreiros da NOVASBE por P. Pitta e Cunha, decano da seção de economia e finanças, e Kirsty Hayes, Embaixadora do Reino Unido, na presença da viúva (1ª bibliotecária da FEUNL) e filha do homenageado. Em 2017, graças a uma iniciativa da ULisboa, aparece um esboço da Carta à Rainha Lusófona em NOVASBEWP nº 611. Excertos do texto ilustrado aparecem numa homenagem ao Papa Francisco, organizada pelo confrade Fernando Baptista por ocasião do centenário de Fátima.

## 5. Diversidade da Lusofonia

Depois de longa gestação, a I Cimeira da CPLP assentou a pertença comum aspiracional na amizade mútua dos signatários. Os ciclos de liberdades e pertenças desde que Portugal deslocizou a capital para o Brasil em 1808 sugerem que a globalização melhora a governação, na linha da experiência internacional. No que toca à CPLP, porém, só depois de edificada a pertença comum poderia caber-lhe vigiar falhas nas liberdades e pertenças próprias dos seus membros. Ora os grandes países do G20 não partilham da vigilância multilateral da OCDE nem do APRM (Mecanismo Africano de Apreciação pelos Pares).

<sup>12</sup> Tal como outras valências do IICT, o Programa DES passa para alçada de J.M. Pinto Paixão, Vice-Reitor da ULisboa que teve a tutela do IICT em 2004: *le hasard fait bien les choses...*

<sup>13</sup> Além do autor, o Conselho Científico do colóquio incluiu dois sócios da ACL citados no texto, Jean-Pierre Contzen e Rui Malhó. As atas foram coordenadas por Vitor Rodrigues, Ana Cristina Martins, Maria Cristina Duarte, Maria Otilia Carvalho e Luís Frederico Antunes e publicadas em abril de 2013, por ocasião do 130º aniversário do IICT. A fotobiografia aqui citada também vai na linha da exposição integrada nas comemorações do centenário da República citada adiante no texto, onde fotografias e textos evocavam elegantemente o presente e o passado, ver introdução intitulada “Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global”.

Ainda assim, em 2006, a VI Cimeira, em Bissau, abordou os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (do Milénio até 2015) em termos de Ciência & Tecnologia, Cultura e Negócios. No respeito das culturas próprias, apelou ao “melhor conhecimento mútuo” (#16/17 dos considerandos) das economias e sociedades; convocou a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e a Confederação Empresarial da CPLP (#7/8 da declaração).

Ao aventar que a diversidade da lusofonia reflecte o reino sublimado da primeira estrofe lusíada (*E entre gente remota edificaram novo reino, que tanto sublimaram*), estou a antever o espírito da lusofonia: posto que difícil de traduzir (ex: “forc’d their way to the fair kingdoms of the rising day”, Mickle, 1798), o *singular reino* transparece em tantos livros e exposições, cá dentro e lá fora, por ex: *As Plantas na Primeira Globalização*, IICT, 2007 por JEMF (citada acima, trata-se do resumo de *A Aventura das Plantas*, IICT, 1992 levada a todo o mundo, por último Pequim, 2013), *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, IICT (exposição no JBT incluída nas comemorações da República<sup>14</sup>) e *À Volta do Globo* (Washington e Bruxelas, 2007/08), apresentado no AHU.

Iniciativas de Ciência & Tecnologia, Cultura e Negócios para o Desenvolvimento envolvem comunidades locais de língua portuguesa dispersas dentro dos nove países membros, todos costeiros - e em tantos outros - para revelar a diversidade da lusofonia ao G20, do qual o Brasil é membro ativo. Na esteira de jardins botânicos pombalinos lisboetas: o do Rio de Janeiro, fundado em 1808, terá inspirado o de Aburi, no Gana, de 1890, que a Rainha Isabel II visitou em 1961.

A lusofonia científica nasceu em 1883, nas vésperas da Conferência de Berlim, através da Comissão de Cartografia, depois Junta de Investigações Científicas do Ultramar e IICT: JBT nasceu em 1906, foi transferido para Belém em 1912 e IICT em 1973 (com AHU). Aquando da I Cimeira UE-Brasil em 2007, projetou-se uma visita do Presidente Lula à exposição patente no JBT sobre *As Plantas na Primeira Globalização* a refletir a pertença comum lusófona, ao serviço do bem comum global.

Para motivar Cabo Verde a oferecer mais lusofilia, repare-se que a XII Cimeira, a que presidiu, acolheu mais observadores associados, incluindo a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Tendo em conta os 9 membros, junta 11 países europeus, 9 africanos, 4 sul-americanos e 2 asiáticos. Passou a reunir 7 membros do G20 (Argentina, Brasil, França, Itália, Japão, Reino Unido e Turquia), o que deverá ter implicações para o Secretariado-Executivo para além da “lusofonia energética”.

Dez anos depois de Miguel J. Rodrigues (1948-2016) ter lançado *História e Futuro da Lusofonia Global* para comemorar o 125º aniversário da Comissão de Cartografia, lembre-se que, em 2012, se leu numa revista quintessencialmente britânica que o mundo precisava de “*a bit of lusophilia*”: só faltou mesmo citar historiadores do IICT!

Isso mesmo é referido no prefácio a *IICT 131 anos em imagens*, <http://www.jbmacedo.com/31jul15.pdf>, onde faço votos para a publicação de um *Roteiro das CH&C*, sob a chancela da ULisboa, a qual ainda não ocorreu por falta de disponibilidade de alguns colaboradores do IICT<sup>15</sup>.

Ainda assim, em 2014, o IICT promovera uma infraestruturas de investigação para coleções científicas (*Portuguese Research Infrastructure for Scientific Collections*, PRISC) que antecedeu o E-RIHS.pt e hoje é liderada pelo Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) da ULisboa. Pelo contrário, como referido na nota 2 acima, o AHU

<sup>14</sup> O prefácio já foi citado na nota anterior, *in fine*.

<sup>15</sup> No início de maio de 2015, convoquei a Unidade de Acompanhamento das CH&C com o propósito de ajudar a definir princípios e procedimentos compatíveis com as recomendações aprovadas em 2003 no Rio de Janeiro e reiteradas em Luanda em 2005, nos termos da chamada Iniciativa Portuguesa dos Ministros da C&T da CPLP. Em finais de julho, na sua 329ª reunião, a Direção do IICT chegou a uma posição comum com a direção do Arquivo que não chegou para seguir as representações internacionais, designadamente as atribuídas pela FCT salvo no que toca às Coleções Científicas como foi o caso do PRISC referido no texto.

transitou para a Torre do Tombo, embora continue sob a responsabilidade da mesma colaboradora do IICT.

Seja como for, a partir da lei orgânica de 2003, o envolvimento de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais permitiu a renovação daquele Laboratório de Estado. Pela sua relevância atual, salientam-se três protocolos de cooperação, assinados entre:

- UNL e Ministério das Finanças, datado de 21/4/92 que criou o atual CG&G, renovado em 2016, até 21/4/20;
- ACL, IICT e CG&G, datado de 18/2/08, renovado em 2017, até 18/2/20;
- IICT e CPLP, datado de 10/3/04, renovado em 2018, até 10/3/20.

Vai no mesmo sentido a *Liga de Amigos do JBT*, criada em 2005, e que inclui como sócios institucionais Casa Civil da Presidência da República, Centro Cultural de Belém, Corpo de Intervenção, Faculdades (das Universidades de Lisboa, Nova e Porto), Fundações (Casa de Macau, Jorge Álvares, José Berardo), Instituto Superior de Agronomia, Jardins Botânicos (ULisboa, Ajuda, Coimbra, Porto), Junta de Freguesia de Belém, Mosteiro dos Jerónimos, Sociedade de Geografia de Lisboa, etc.

Em 2018, LAJBT comemorou os 90 anos de J.E. Mendes Ferrão, na presença de J.M. Pinto Paixão, Vice-Reitor da ULisboa e de Arlinda Cabral, CPLP: [www.jbmacedo.com/pt/jemf@90.pdf](http://www.jbmacedo.com/pt/jemf@90.pdf).

Como se lê no sítio E-RIHS.pt, a “Plataforma Portuguesa da Infraestrutura de Investigação Europeia em Ciências do Património”, tal como as suas parceiras noutros países, constitui um centro de saber no domínio das ciências do património, funcionando em rede com atividades de investigação própria e de enquadramento de investigadores externos.

## 6. Declaração de Lisboa

Por iniciativa de Contzen, foi assinada por Mariano Gago (1948-2015), enquanto Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, M. Heitor, atual detentor da pasta, vários Laboratórios de Estado da CPLP e organizações internacionais a *Declaração de Lisboa* sobre “Ciência para o Desenvolvimento Global”. No IICT alargou-se esta Declaração à Cultura e aos Negócios, antecipando vários pontos da de Paris.

O objetivo dos signatários era mobilizar o apoio dos participantes, “com vista a reforçar a coordenação e cooperação internacional do conhecimento para o desenvolvimento”, como se explicita a seguir. Lembrando os auspícios de Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional (CGIAR), Universidade das Nações Unidas e instituições de pesquisa na CPLP, nomeadamente Laboratórios de Estado portugueses, os signatários:

1. Reconhecem que académicos, decisores de políticas, a comunidade de negócios e a sociedade civil enfrentam o desafio comum de aprender, através de ações conjuntas, a usar o conhecimento científico para o desenvolvimento sustentável de maneira a melhorar o bem-estar humano, com base numa governação efetiva da globalização inclusiva;
2. Mantêm que respostas de governação à globalização são mais susceptíveis de promover um desenvolvimento sustentado se estiverem enraizadas nas culturas locais, e que valores partilhados promovem cooperação baseada na confiança e na responsabilização mútua, como expresso na visão da “Parceria Global para o Desenvolvimento”;
3. Encorajam os países, especialmente os países em desenvolvimento, a reapreciar a sua estrutura de incentivos para o talento de modo a desenvolver o seu capital humano no quadro de maior mobilidade do talento;

4. Encorajam os países a desenhar conjuntos comuns de indicadores para monitorizar os sistemas nacionais de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, de modo a contribuir para uma governação nacional e regional mais efetiva;
5. Advogam a criação de um fórum internacional dedicado, associando de modo voluntário, entidades governamentais, organizações não-governamentais, associações empresariais e pessoas de modo a oferecer mais contributos nestes assuntos.

A Declaração de Lisboa (alargada à margem da 1ª reunião do CGIAR em Maputo) reforçou reuniões ministeriais de C&T na CPLP. Quando irá a antena portuguesa de E-RIHS interessar-se pelos outros membros da CPLP?

## 7. Patrimónios e Políticas

O património é o que se guarda para transmitir às gerações futuras, como - citando um compatriota antropólogo - Catherine Bréchnac lembrou logo no sessão de abertura do encontro mundial de Paris. Ao dizer que essa vontade pode ser frustrada pelo receio do confisco, o economista mostra a relevância das políticas e das expectativas que suscitam. Na *História do Futuro*, António Vieira (1608-97) escreve que os “capitães” devem antever “o que hão-de obrar, para que o obrem”.

Como patrimónios e políticas são complementares, devem ser abordados em conjunto. Ao salientar a relevância das condições terminais relativamente às iniciais no seu conhecido artigo do *Quarterly Journal of Economics* de 1991, Paul Krugman opõe-se ao determinismo histórico do processo de crescimento a longo prazo em geografias várias, ilustrando o caso numa pequena economia aberta com dois sectores cuja taxa de juro ( $r$ ) é determinada pelo exterior<sup>16</sup>.

Demonstra a existência de equilíbrios múltiplos, em função da mobilidade intersectorial dos trabalhadores ( $\gamma$ ) e da força das inovações tecnológicas ( $\beta$ ). Assim, em economias mais flexíveis, modernos e pacientes,  $r^2 < 4\beta\gamma$ , ou seja o futuro é quem mais ordena. Porém, se  $r^2 > 4\beta\gamma$ , as pessoas são impacientes, ajustam devagar e não inovam, enfrentando uma ditadura do curto prazo. A esperança no futuro vem da cooperação intertemporal entre instituições.

---

<sup>16</sup> Usei este modelo em *Use(Less) Value & MDGs*, em coautoria com Ana de Macedo, USELESS, Babel, 2011, pp. 191-211, fazendo referência a uma ilustração dedicada à memória de Pentti Kouri (1949-2009).